

# Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 24

A GAZETA ONLINE - VITÓRIA - ES  
ANFIP

Round 206: PEC da universidade paga é golpe baixo contra a educação pública ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores rejeitam 5% e mantêm greve ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro vê "reajuste abusivo" ..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras pode "quebrar o Brasil", diz Bolsonaro ..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: termina hoje o prazo para entregar a declaração ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar do servidor público: migrar ou não? (Artigo) ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
SEGURIDADE SOCIAL

Futuro hipotecado (Editorial) ..... 12

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Receita paga 1º lote do IR 2022 nesta terça (31); veja se vai receber (Imposto de Renda)  
..... 14

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

TCU identifica 101 milhões de erros de cadastro de benefício social do governo ..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores fora da polícia são 'grande problema', diz Bolsonaro ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Saúde gastou até abril 26% do limite mínimo ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Municípios protestam contra PEC 110 ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores vão ao Senado - CAPITAL S/A ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação de dividendos é má ideia (Artigo) ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos e empresários agem contra proposta que unifica impostos .....	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Teto de ICMS irá direto ao plenário do Senado, diz Pacheco .....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Embate sobre ICMS evidencia improvisação eleitoreira (Editorial) .....	27
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária precisa ser justa, transparente e simples (Artigo) .....	28
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cofres públicos perderam R\$ 210 bi em 22 anos com renegociação de dívidas de empresas e pessoas físicas .....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
As escolhas erradas do país (Editorial) .....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
BC vê projeção do mercado para o PIB no ano chegar próximo de 2% .....	33
O GLOBO - RJ - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Mensalidade não é solução para universidade pública (Artigo) .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
'Fazer o bem' da elite global soa falso (Artigo) .....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Auxílio Brasil bate recorde de famílias, mas fila aumenta em ritmo acelerado .....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Lira fala em "apertar o governo" por subsídio e defende projeto do PT .....	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Trimestre deve ter alta de 1%, mas desaceleração é esperada .....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O risco de faltar diesel (Editorial) .....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
'Precisamos de um plano de safra de guerra' .....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Bloqueio deve ter educação, ciência e saúde como alvos principais .....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Efeito da política monetária virá adiante, reitera BC .....	45



# Round 206: PEC da universidade paga é golpe baixo contra a educação pública

Vagas para nível superior para quem tem renda superior era a sentença máxima na educação para entrar na universidade pública e gratuita. E o pobre que se desdobrasse para deixar grande parte do orçamento em uma faculdade particular caso ousasse buscar um diploma de graduação. O disparate perdurou décadas em um cenário de exclusão, se não institucionalizado oficialmente, incrustado cruelmente nos campi estaduais e federais Brasil afora.

A conta não fechava para a promoção da justiça social, até que surgiram iniciativas como o estimado Projeto Universidade para Todos (Pupt), histórico no Espírito Santo, do qual tenho a honra de ser cofundador, e as políticas de ações afirmativas, adotadas neste começo de século.

Anos após a implantação dessas medidas que mudaram a realidade das nossas faculdades, eis que surge mais uma tentativa nefasta e esdrúxula, que visa a impor aos estudantes o pagamento de mensalidades em universidades públicas. Repito boquiaberto: em universidades públicas! Mais uma luta, mais um round contra a sandice e a insensatez, desta vez materializada pela PEC 206/2019, em tramitação no Congresso.

Se a manutenção de uma universidade federal ou estadual é cara, não é do bolso do estudante e de sua família que esse dinheiro tem de sair. Se os cursos, sobretudo na área de biomédicas e engenharia, requerem altos investimentos, com equipamentos cada vez mais modernos, é de fontes apropriadas que essas verbas necessitam ser aportadas.

A principal delas seria a taxação de grandes fortunas, mecanismo disponível na Constituição promulgada em 1988, mas que até hoje não foi regulamentado. Tais recursos serviriam para o fortalecimento não só do ensino superior, mas também da educação básica.

A balança mostra: justiça tributária anda de mãos dadas com melhor distribuição de renda e oportunidades. Pobres hoje pagam mais **impostos**, pois a carga fiscal está concentrada em obrigações inseridas nos preços das mercadorias, incluindo as básicas como o arroz e o feijão. Conforme estatísticas da Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal (Anfip)** e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), 49,7% dos

**impostos** do país são recolhidos desse modo, sobre o consumo. Jogando ainda mais luz nesse triste quadro, estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela que os brasileiros pagam o correspondente a 34% do **PIB** com taxas e **impostos**.

O argumento dos defensores dessa PEC da precariedade ao ensino gratuito é pífio. Sustenta-se na ideia de que os cursos chamados "de ponta" são frequentados pelos mais ricos. O que eles não revelam são dados como este: 70,2% dos matriculados das universidades federais são de baixa renda e vivem com um orçamento familiar mensal de até 1,5 salário mínimo per capita, aponta a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

A PEC é um pecado contra o ensino público de qualidade. A artimanha fica ainda mais nítida quando observamos que não há um corte de renda predefinido. Ou seja, caberia ao Poder Executivo estipular as faixas de gratuidade. Alguém tem dúvida de que essa conta sobrar para os mais pobres? Como dizem os meus alunos, "vai dar ruim". E eles não querem pagar para ver.

Este texto não traduz, necessariamente, a opinião de A Gazeta.

Notou alguma informação incorreta no conteúdo de A Gazeta? Nos ajude a corrigir o mais rápido possível!

Clique no botão ao lado e envie sua mensagem.

Envie sua sugestão, comentário ou crítica diretamente aos editores de A Gazeta.

**Site:** <https://www.agazeta.com.br/artigos/round-206--pec-da-universidade-paga-e-golpe-baixo-contr-a-educacao-publica-0522>

# Servidores rejeitam 5% e mantêm greve

**fernanda strickland**

Mesmo o governo cortando R\$ 14 bilhões do Orçamento para garantir reajuste de 5% aos servidores federais, várias carreiras do funcionalismo manterão paralisações para pressionar por aumento maior de salários. Ontem, funcionários da Controladoria-Geral da União (CGU) iniciaram a greve aprovada na última semana. Mas a categoria não é a única que está paralisada; os servidores do Banco Central (BC), por exemplo, já estão de braços cruzados desde o início de abril.

As lideranças das categorias afirmam que não vão suspender as greves porque consideram que o reajuste de 5% é insuficiente para repor as perdas provocadas pela **inflação** nos últimos anos. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, explicou que, de janeiro de 2017 até agora, essas perdas, medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegam a 34%. "Conceder 5% não vai repor nem 15% da perda do poder de compra dos servidores" disse. "É claro que é melhor que nada, mas é completamente insuficiente. Amanhã (hoje), a partir das 14h, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, vamos dar um recado final para o governo." O diretor da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU (Fenajufe), Thiago Duarte, criticou as justificativas do presidente para negar reajuste salarial (ver matéria ao lado). "Não aceitaremos que Bolsonaro jogue servidor contra servidor", disse. "Todos nós merecemos, e se tem dinheiro para Orçamento Secreto, tem também para a recomposição inflacionária emergencial", disse.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fabio Faiad, disse que vai propor a continuidade da greve em assembleia que será realizada hoje.

Em nota, a Unacon Sindical disse que o reajuste linear de 5%, além de insuficiente diante da alta do custo de vida, não impede o desalinhamento remuneratório entre carreiras de Estado do Executivo, reconhecido pelo próprio governo no início deste ano.

"O percentual anunciado não repõe nem mesmo a **inflação** do último ano e mantém o cenário de perdas acentuadas para a carreira de finanças e controle", pontuou o sindicato.

Segundo levantamento da entidade, para retornar ao

patamar remuneratório de janeiro de 2019, data do último reajuste, é necessária uma reposição de 24%. "O mesmo cálculo evidencia que o salário real dos auditores e técnicos federais de finanças e controle se encontra no menor patamar dos últimos 13 anos e, ainda, que as perdas acumuladas desde 2009 podem chegar, ao fim deste ano, a 40%", informa a nota.

O Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional) informou que vai manter ações como a entrega de cargos de chefia e a operação-padrão nas fronteiras.

## Bolsonaro vê "reajuste abusivo"

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que outras categorias do funcionalismo público são o "grande problema" que impede um reajuste à Polícia Rodoviária Federal (PRF) maior do que os 5% que o governo promete para todos os servidores federais. De acordo com o chefe do Executivo, os demais servidores querem reajustes "até abusivos".

"Digo a vocês publicamente, PRF (policiais rodoviários federais): o grande problema não é o nosso lado. São os colegas, outros servidores, que não admitem reestruturar vocês sem dar aumentos, até abusivos, para o outro lado", disse o presidente, em entrevista coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem em Recife (PE), após sobrevoo em áreas afetadas pela chuva no estado.

Bolsonaro pretendia, com o reajuste, retomar o diálogo com a base do funcionalismo que o apoia, mas a relação ficou estremecida após o anúncio da reforma administrativa. Segundo dirigentes da categoria, os servidores da área da segurança pública se sentiram "traídas" pelo presidente, que não cumpriu até agora a promessa de reestruturar as carreiras. A estratégia, contudo, ficou inviabilizada com a mobilização de outros setores e, agora, ele sofre pressão de greves em massa do funcionalismo público brasileiro. Para evitar maior desgaste, o presidente acusa o Orçamento de ser o vilão.

"Pessoal da PRF, somos o primeiro governo que tem teto de gastos. Eu não posso dar um aumento para a PRF, para a Polícia Federal, para (os servidores da) **Receita Federal**, para quem quer que seja, sem exigir uma dotação orçamentária para tal", destacou.

Na semana passada, ao sair de uma igreja em Brasília enquanto gravava teasers para a campanha eleitoral, o presidente ainda apelou contra greves de servidores. "Eu apelo aos servidores, reconheço o trabalho de vocês, mas a greve não vai ser solução, porque não tem dinheiro no Orçamento. Eu sou o primeiro presidente a ter teto no Orçamento. Outros não tinham, poderiam reajustar, eu não posso", disse, na ocasião.

# Petrobras pode "quebrar o Brasil", diz Bolsonaro



No manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro sobrevoou de helicóptero as áreas afetadas na Região Metropolitana do Recife, mas não desceu por falta de segurança

**Cristiane Noberto**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que se houver novo reajuste nos preços do diesel, a Petrobras será responsável por "quebrar o Brasil". Segundo ele, os governadores cometerão "crime se cobrarem um real de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por litro de óleo diesel", em referência ao projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada. Bolsonaro deu a declaração na Região Metropolitana de Recife, após sobrevoar de helicóptero as áreas arrasadas pelas chuvas, que já causaram a morte de pelo menos 93 pessoas e deixaram 26 desaparecidos até a noite de ontem. Ele anunciou que o governo federal irá antecipar parcelas sem juros a pessoas inscritas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e afetadas pela catástrofe natural.

"Deixo claro: é um crime se cobrar um real de ICMS por litro de óleo diesel. Como afirmei mês passado, a Petrobras pode quebrar o Brasil com isso" afirmou ele em entrevista coletiva. Bolsonaro seguiu criticando os governadores e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que, de acordo com ele, já começaram a acionar a Justiça contra a medida. O presidente afirmou também que o Projeto de Lei 211/21, que enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais, e foi aprovado em regime de urgência na Câmara na semana passada, já havia sido acertado com os secretários de Fazenda.

Mas, segundo ele, os secretários "sempre atuaram pelo interesse dos respectivos governadores, não

pensando na economia popular e não pensando na economia popular nem na economia brasileira". Bolsonaro ainda disse que trabalha para "não interferir" na estatal para baixar o preço dos combustíveis. O projeto estabelece um teto para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17%. O receio dos governadores é de que tal limite prejudique os cofres nos estados, que dependem do tributo arrecadado. A estratégia agora é apelar para uma interlocução maior com os senadores e como o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tentativa de barrar a votação.

SERVIDORES Bolsonaro disse também no Recife que as outras categorias do funcionalismo público são o "grande problema" que impede maior fatia de reajuste para a Polícia Rodoviária Federal. De acordo com o chefe do Executivo, os demais servidores querem reajustes "até abusivos". Digo a vocês publicamente, PRF (policiais rodoviários federais): o grande problema não é o nosso lado. São os colegas, outros servidores, que não admitem reestruturar vocês sem dar aumentos até abusivos, para o outro lado".

Bolsonaro pretendia, com os reajuste, retomar o diálogo com a base aliada mais estremecida após o anúncio da reforma administrativa, já que as carreiras de segurança pública se sentiram "traídas" pelo presidente. O tiro saiu pela culatra, contudo, com a mobilização de outros setores e, agora, ele sofre pressão de greves em massa do funcionalismo público. Para evitar maior desgaste, o presidente acusa o Orçamento de ser o vilão. "Pessoal da PRF, somos o primeiro governo que tem teto de gastos. Eu não posso dar um aumento para a PRF, para a Polícia Federal, para (os servidores da) **Receita Federal**, para quem quer que seja, sem exigir uma dotação orçamentária para tal", destacou.

Na semana passada, ao sair de uma igreja em Brasília enquanto gravava teasers para sua campanha eleitoral, o presidente ainda apelou contra greves de servidores. "Eu apelo aos servidores, reconheço o trabalho de vocês, mas a greve não vai ser solução, porque não tem dinheiro no Orçamento. Eu sou o primeiro presidente a ter teto no Orçamento. Outros não tinham, poderiam reajustar, eu não posso", disse na ocasião.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/31/05/2022/p1>**

# IR: termina hoje o prazo para entregar a declaração

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Previdência complementar do servidor público: migrar ou não? (Artigo)

**ARNALDO LIMA** - Diretor-Executivo do Instituto de Longevidade MAG

O prazo final para que os servidores que ingressaram na carreira pública federal antes de 2013 possam migrar do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o Regime de **Previdência Complementar** (RPC) foi reaberto e se encerrará em 30/11/2022. Trata-se de uma decisão pessoal, irrevogável e irretratável. Dessa maneira, cabe ao servidor buscar o máximo de informações em fontes fidedignas para subsidiá-lo nessa importante decisão, que terá reflexos sobre os seus rendimentos futuros, principalmente quando da sua perda de capacidade laborativa.

O RPPS e RPC são dois regimes previdenciários distintos que se complementam: 1) repartição simples, de caráter obrigatório; e 2) capitalização, de caráter facultativo. O RPPS tem natureza pública, filiação obrigatória, benefício definido, caráter contributivo e solidário. É financiado pelos entes públicos, pensionistas e servidores ativos e inativos, que contribuem sobre o valor da sua remuneração. Consubstanciado em um pacto intergeracional, todos são responsáveis pelo resultado do regime, seja em casos de superavit ou deficit. Atualmente, existem 0,85 servidor ativo para cada servidor inativo, o que contribui para o deficit anual de mais de R\$ 43 bilhões.

O RPC, para os **servidores públicos**, é um regime privado que tem como características principais a capitalização e a individualidade. Não há possibilidade de criação de um plano na modalidade benefício definido (BD) para as aposentadorias programadas, mas somente para os benefícios de risco (morte e invalidez). Sendo assim, o plano de benefícios para servidores é constituído na forma de contribuição definida (CD). Cada participante investe em ativos financeiros para constituir poupança própria para custear o seu benefício futuro, estabelecendo, dessa forma, uma correspondência direta entre o custeio e o benefício de cada indivíduo.

Por definição, não existem as figuras de deficit ou superavit em planos CD, mas, sim, saldo de conta do participante baseado no seu esforço contributivo individual. O RPC está calcado em regimes de **previdência complementar** fechados (exemplos: Funpresp-EXE, Funpresp-JUD, Prevom) e abertos

(instituições financeiras que comercializam PGBL). Cabe esclarecer que a migração para o RPC não significa adesão às fundações de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal (Funpresp). Ou seja, o servidor pode optar em aplicar os seus recursos financeiros por conta própria ou por meio de uma instituição financeira privada, adquirindo um PGBL, por exemplo. Contudo, cabe salientar que, nesses casos, o servidor não faz jus à contribuição paritária da União, que equivale a um rendimento, na partida, equivalente a cerca de 100%. É quase impossível o servidor investir seus recursos por conta própria e conseguir superar, ano a ano, a rentabilidade dos investimentos realizados pelas Funpresp, somada a contribuição paritária e a dedução fiscal de até 20,5% dos rendimentos tributáveis.

Por serem EFPC, as Funpresp não têm fins lucrativos. Logo, seus planos previdenciários são mais vantajosos financeiramente do que aqueles adquiridos em bancos, pois todo o excedente financeiro das fundações é revertido em favor dos participantes, reduzindo as taxas de carregamento pagas pelo servidor ao longo do seu ciclo contributivo. A título de exemplo, a taxa da Funpresp-EXE quando foi criada em 2013 era de 7%. Atualmente, os servidores que tenham mais de 7 anos de plano pagam apenas 2,5%. Trata-se de economia solidária: repartem-se os custos fixos e maximizam-se os benefícios individuais. Por isso, o pilar do RPC é escala.

Outro aspecto relevante na decisão do servidor é o benefício especial, que é uma compensação financeira das contribuições recolhidas acima do teto do **INSS** (atualmente, R\$ 7.087,22), uma vez que a aposentadoria a ser paga pelo RPPS terá valor igual aos novos entrantes no serviço público federal a partir de 2013. Por ter natureza compensatória, não há incidência de contribuição previdenciária, o que é uma grande vantagem, especialmente quando se levam em conta as alíquotas previdenciárias pagas pelos servidores federais atualmente, que variam de 7,5% a 22%. Ao migrar para o RPC, a alíquota fica limitada a 8,5% no que exceder o teto.

É importante esclarecer que mesmo não migrando de regime, o servidor público pode aderir às Funpresp como ativo alternativo. Nesse caso, ele não fará jus à contribuição paritária, mas poderá usufruir de outros benefícios, como acesso à Parcela Adicional de Risco

(PAR) para cobertura de morte e invalidez, menores taxas para acumular sua reserva individual suplementar e menores taxa de juros na contratação de empréstimo. Essa é a quarta janela de migração. Chegou a hora de o servidor público federal se tornar protagonista do próprio futuro. Não se trata de uma escolha entre certo e errado, mas, sim, de uma decisão racional baseada no perfil individual de cada um sobre sua avaliação das diferenças conceituais entre o RPPS e RPC: (1) mutualismo x individualismo; (2) público x privado; (3) repartição simples x capitalização; (4) benefício definido x contribuição definida. Em qualquer hipótese, deve-se valorizar a importância das Funpresp-EXE e JUD para auxiliarem o servidor no planejamento do seu futuro e na garantia de sua segurança previdenciária e de seus familiares.

## Futuro hipotecado (Editorial)



A promessa de Jair Bolsonaro de conceder reajuste para servidores que integram sua base de apoiadores ajuda a entender os motivos pelos quais o País está na péssima situação em que se encontra e as razões pelas quais é tão improvável que saia dela no curto e médio prazos.

Com **inflação** em alta, desemprego persistente e um crescimento econômico pífio, o presidente achou por bem reservar R\$ 1,7 bilhão do Orçamento para elevar os salários das forças de segurança federais. Agora, para evitar uma greve geral do funcionalismo, o governo será obrigado a abrir o cofre. A estimativa, segundo mostrou o Estadão, é que a medida de aumento linear de 5% para todos os servidores exigirá o remanejamento de R\$ 6,3 bilhões adicionais, o que elevará a necessidade de bloqueio do Orçamento para cerca de R\$ 14 bilhões. A conta dessa benesse será dividida entre os mais pobres, que já enfrentam as agruras diárias da baixa qualidade dos serviços públicos, e o Brasil do futuro, que, se depender da atual administração, será tão ruim quanto o do presente.

Em ano eleitoral, não haverá qualquer contenção para os gastos com emendas parlamentares, sejam as de bancada, sejam as de relator, base do "orçamento secreto", esquema revelado pelo Estadão que garante apoio do Congresso ao Executivo. O corte será focado nos R\$ 8,6 bilhões em despesas discricionárias - custeio e investimento - dos Ministérios da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Se há algo que impera no governo é a brutal franqueza de Bolsonaro

sobre suas prioridades e visões de mundo, que em toda a sua trajetória política ele jamais escondeu.

Em janeiro, na sanção do Orçamento, o corte de R\$ 3,2 bilhões tampouco atingiu as emendas parlamentares ou a verba do fundo eleitoral. Os alvos da tesourada do início do ano foram parecidos - saúde, educação, assistência social, direitos humanos e meio ambiente - e, no detalhe, expõem a natureza do bolsonarismo. Foram bloqueados, entre outros, recursos para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), responsável pela concessão de aposentadorias e benefícios assistenciais, educação básica, hospitais universitários, combate ao desmatamento, regularização de terras indígenas, saneamento básico em comunidades quilombolas e políticas de combate à violência contra a mulher.

Mas agora o Executivo se superou e prepara um corte de R\$ 2,9 bilhões nos recursos destinados à Ciência e Tecnologia.

A maior parte, R\$ 2,6 bilhões, afetará o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal instrumento público de financiamento da área no País. O bloqueio deve paralisar ao menos 30 programas científicos, alcançando desde estudos sobre covid-19 e combate a doenças negligenciadas até colaboração com missões espaciais e pesquisas na Antártida. Depois do negacionismo que marcou o combate à pandemia, não surpreende ninguém que a ciência brasileira esteja na mira do governo.

O corte no FNDCT revela ignorância e revanchismo, mas também uma verdadeira ilegalidade, dado que o contingenciamento de verbas do fundo recentemente foi proibido por lei - algo sobre o qual o Ministério da Ciência e Tecnologia não se manifestou. "Não é possível buscar o desenvolvimento do País em um ambiente de evidente perseguição ao conhecimento", protestou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em nota.

Ciência, tecnologia e inovação são aspectos indissociáveis do desenvolvimento econômico e, nesse setor específico, diferentemente da infraestrutura, o investimento privado infelizmente jamais poderá substituir o suporte público. Não faltam exemplos na história de países que apostaram nessas áreas e colheram frutos na redução de desigualdades sociais. O Brasil de hoje, por outro lado, reafirma sua opção preferencial pela política parouquial em nome da

eleição e incentiva a fuga de cérebros para o exterior.

Pior do que os retrocessos mais visíveis dos últimos anos, e que ainda podem ser revertidos, o grande legado de Bolsonaro é deixar o Brasil do futuro acéfalo.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Receita paga 1º lote do IR 2022 nesta terça (31); veja se vai receber (Imposto de Renda)

**Cristiane Gercina**

A **Receita Federal** paga, nesta terça-feira (31), o primeiro lote de restituições do Imposto de Renda 2022. Também nesta terça acaba o prazo para os contribuintes entregarem a declaração. O lote contempla quem tem prioridade legal definida por lei, já entregou o IR e não caiu na malha fina. Ao todo, serão pagos R\$ 6,3 bilhões a 3,4 milhões de contribuintes.

A consulta para saber se terá o dinheiro foi aberta na semana passada. Ela pode ser feita pela internet, no site da Receita ou no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual do fisco. Para consultar por meio do e-CAC, é preciso ter senha gov.br.

- 1 - Idosos acima de 80 anos
- 2 - Contribuintes entre 60 e 79 anos
- 3 - Contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave
- 4 - Profissionais cuja maior fonte de renda seja o magistério

O extrato da declaração do Imposto de Renda 2022, que é acessado no Portal e-CAC, está apresentando instabilidade nessa reta final de entrega da declaração. Segundo a Receita, as consultas ao extrato do IR já podem ser realizadas, tanto pelo Portal e-CAC quanto pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

No entanto, "como o volume de transações aumenta muito nos últimos dias, pode haver lentidão", diz o fisco. Com isso, o contribuinte que não conseguir acesso deve tentar um pouco mais tarde.

O segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2022, que será pago pela **Receita Federal** no dia 30 de junho, terá correção de 1%, com base na Selic (taxa básica de juros da economia). A Selic subiu para 12,75% ao ano no início deste mês.

A partir do segundo lote, contribuintes não prioritários começam a entrar na fila da restituição. Quem entregou primeiro tem prioridade. A data a ser considerada é a da última declaração transmitida. Quem envia uma retificadora, por exemplo, vai para o

final da fila de pagamentos, a não ser que se trate de contribuinte prioritário, que seguem recebendo antes do que os demais contribuintes.

Se o crédito não for feito na conta informada ou na chave Pix, o cidadão tem até um ano para fazer o resgate do dinheiro no Banco do Brasil, pelo Portal BB, no site <https://www.bb.com.br/irpf>, ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades) e 0800-7290088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição em até um ano, é possível pedir novamente o pagamento. Para isso, é preciso acessar o Portal e-CAC, em "Meu Imposto de Renda". Clique na opção "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária", que aparece na seção "Restituição e Compensação".

É necessário baixar o programa do IR no site da Receita ou o aplicativo para celular ou tablet. Vá em "Nova" e informe o tipo, se é de ajuste anual, final de espólio ou saída definitiva do país. Do lado direito, é possível definir se usará a pré-preenchida, se importará dados do IR de 2021 ou se iniciará uma declaração em branco.

Para quem exportou os dados ou vai utilizar a pré-preenchida, a ficha de identificação do contribuinte virá com todas as informações. Basta conferir nome, número de documentos, data de nascimento, endereço, telefone, email e ocupação principal.

A próxima ficha é a de dependentes. Informe os nomes ou confira os que já estiverem preenchidos. Nesta ficha, muita atenção: só é possível deduzir dependente com CPF. Informe se o dependente mora ou não com você.

Depois, vêm as fichas de rendimentos recebidos. Quem teve salário pago por empresa em 2021 ou recebeu aposentadoria do **INSS** declara em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ". O contribuinte que prestou serviço a pessoas físicas informa a verba em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior".

Aposentados ou pensionistas a partir de 65 anos ou quem com doença grave deve declarar os valores na

ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis". Para quem tem acima de 65 anos, há limite de isenção. Nesta ficha também entram rendimentos da caderneta de poupança, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) sacado e seguro-desemprego, por exemplo.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/receita-paga-1o-lote-do-ir-2022-nesta-terca-31-veja-se-vai-receber.shtml>**

# TCU identifica 101 milhões de erros de cadastro de benefício social do governo

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os dados de trabalhadores brasileiros reunidos no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) constatou 101 milhões de erros na base de dados que, segundo o tribunal, podem gerar pagamentos indevidos de benefícios como aposentadoria, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, auxílio a indígenas, auxílio-doença ou pensão por morte.

Em abril, o CNIS somava 446 milhões de Números de Identificação do Trabalhador (NITs). O número supera o da população porque há registros repetidos para o mesmo trabalhador, além de reunir dados de pessoas mortas.

Segundo o levantamento, um mesmo NIT pode contar com vários destes erros, por exemplo, o mesmo "cadastro" não ter CPF e ter divergência no nome da mãe do trabalhador, indicando em um único registro dois destes 101 milhões de erros.

Os dados das irregularidades foram estimados pelos técnicos do TCU a partir de uma amostra de 300 mil Números de Identificação do Trabalhador (NITs) escolhidos aleatoriamente dentro da base. A medida foi necessária diante das dificuldades técnicas na extração da base integral do cadastro dentro do prazo da auditoria.

Os números constam de um ofício enviado pelo TCU em 16 de maio ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a partir de fiscalização que começou em junho do ano passado, sobre a qualidade dos dados do CNIS e o possível impacto de divergências no cadastro sobre a concessão de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas.

A auditoria identificou 24.306.894 de registros de Pessoas Físicas com dados incompletos, inválidos, ou inconsistentes, sendo que 2.021.195 mostram um CPF que não existe na base de dados da **Receita Federal**.

Além disso, também revelou 14.664.351 registros com indícios de morte do titular em outras bases oficiais, como o Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi), e que não possuem a data de óbito no CNIS.

Desses, 1.975.616 tiveram a data de óbito registrada nos últimos cinco anos. Ou seja: 86% dos que aparecem mortos em outros bancos de dados, mas

continuam "vivos" no CNIS morreram há mais de cinco anos.

Segundo o TCU, as deficiências dos controles podem permitir a concessão ou a manutenção do pagamento de benefícios a pessoas falecidas, por erro ou fraude.

- Se considerarmos, por exemplo, que um milhão de pessoas que já morreram continuam recebendo aposentadoria, e se considerarmos o valor de um salário mínimo por benefício, podemos traçar uma estimativa de impacto de R\$ 15 bilhões anuais no orçamento. É um impacto gigantesco - diz o professor Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Oito meses para enviar dados

Esta auditoria apresentou, segundo especialistas, um dado pior que o imaginado anteriormente:

- A dimensão da desorganização dos dados é bem maior do que se imaginava. Se o planejamento de transferência de benefícios erra o alvo, não há como executar essas políticas públicas corretamente. Tem que haver uma reforma para unificar os sistemas de registros. Isso mostra uma urgência do governo em criar um sistema único que detalhe claramente os dados com uma limpeza e atualização cadastral anual. Passou da hora de fazer - disse Duque.

Para o advogado Ronaldo Lemos, diretor do Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), o problema na organização dos cadastros se deve, em boa parte, à administração dos dados por órgãos distintos.

- Esses bancos de dados são uma bagunça. Chega a ser chocante o quanto várias bases de dados governamentais são desorganizadas. É surreal - diz Lemos.

A avaliação de Lemos pode ser sentida na maneira como a Dataprev recebeu as demandas da equipe de fiscalização do tribunal desde o ano passado.

Segundo o documento, o órgão levou oito meses para enviar os dados solicitados pelos fiscais. Em 2017, outra fiscalização do tribunal foi inviabilizada pelo não envio dos dados tanto pelo **INSS** como pela Dataprev.

"A incerteza do prazo para o recebimento dos dados torna inviável a conclusão do presente trabalho a tempo, o que caracteriza obstrução para que o TCU desempenhe suas competências constitucionais", escreveu o ministro Aroldo Cedraz, relator do caso, em um acórdão de dezembro.

"Ressalta-se que as dificuldades de acesso a bases de dados estruturadas do CNIS mostram-se recorrentes em trabalhos de controle executados tanto por esta Corte de Contas quanto pela CGU, bem como pelo próprio **INSS**.

Não se trata de comportamento inédito por parte dos entes fiscalizados. Na prática, o que se constata é uma recusa tácita do **INSS** e da Dataprev em fornecer as informações requisitadas pela equipe, uma vez que a cada nova reiteração do pedido são apresentadas estimativas divergentes quanto ao prazo necessário, sem fundamentação aceitável e, o pior, sempre condicionando o início das atividades a outros fatores externos", pontuou o ministro.

De acordo com o TCU, durante a fiscalização os próprios técnicos do **INSS** encontraram dificuldades para acessar o banco de dados do CNIS.

"A dificuldade de obtenção dos dados enfrentada pela equipe de fiscalização reflete a mesma dificuldade que o gestor da política pública possui em ferramentas de acesso aos dados dos seus segurados", registra um trecho do ofício do TCU.

Segundo Cláudio Machado, ex-funcionário da Dataprev e consultor em gestão de dados, os erros são inevitáveis para uma base de dados como essa em um país com as dimensões do Brasil:

- [Os erros] são coisas que acontecem há muitos anos, isso faz parte do processo de depuração das bases de dados. São erros de operação, problemas corriqueiros que fazem parte do processo da engenharia das políticas públicas. Estamos falando de 2% de erros nos CPFs, por exemplo. É pouco. Em todos os cadastros há situações como essa.

Procurado, o **INSS**, responsável pela governança do CNIS, disse que uma equipe técnica analisa "cada um dos apontamentos" do TCU e que responderá no prazo previsto. O órgão, contudo, não respondeu às perguntas feitas pelo GLOBO.

O instituto informou ainda que uma equipe técnica analisa "cada um dos apontamentos" do TCU e que responderá no prazo previsto. O órgão, contudo, não respondeu às perguntas feitas pelo GLOBO.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/tcu-identifica-101-milhoes-de-erros-de-cadastro-de-beneficio-social-do-governo.ghtml>**

# Servidores fora da polícia são 'grande problema', diz Bolsonaro

**João Pedro Pitombo salvador**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) chamou os demais **servidores públicos** federais de "grande problema" e os citou como obstáculos para garantir o reajuste de agentes da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

"Digo a vocês publicamente, PRF, o grande problema não é o nosso lado, são colegas, outros servidores, que não admitem reestruturar vocês sem dar aumento até abusivos para o outro lado", afirmou o presidente.

As declarações foram dadas na manhã desta segunda-feira (30) em entrevista no Recife, onde o presidente sobrevoou áreas atingidas pelas chuvas que deixaram ao menos 91 pessoas mortas em Pernambuco nos últimos dias.

No discurso, o presidente também citou o teto de gastos como dificuldade adicional para reajustar os salários dos servidores e destacou que não pode conceder reajustes sem dotação orçamentária.

"Nós somos escravos da lei. Não vamos buscar alternativas, subterfúgios ou incorrer em crime de responsabilidade para atender quem quer que seja. Reconhecemos o trabalho de todos os servidores, aqui a PRF, a PF e tantos outros, mas no momento está bastante complicada a situação." Na sequência, afirmou que espera ter a oportunidade de "não só reestruturar carreiras, como conceder reajustes".

Na semana passada, o governo decidiu elevar o tamanho do corte no Orçamento deste ano para acomodar um reajuste para os servidores federais. Após o anúncio de uma tesourada de R\$ 8,2 bilhões, o valor deve subir para R\$ 13,5 bilhões.

As pastas mais atingidas pelo bloqueio de recursos devem ser Educação, Ciência e Tecnologia e Saúde.

O corte maior do que o previsto vem depois de Bolsonaro anunciar que, embora haja estudos para privilegiar policiais com aumentos diferenciados, a tendência do governo é conceder um reajuste de 5% para os **servidores públicos** neste ano.

"Está havendo críticas e ameaça de greve de outros setores, mais variados possíveis. [Então] qual a tendência? É 5% para todo mundo", disse Bolsonaro.

Segundo apurou a Folha, a reserva preventiva deve contemplar um espaço para eventual reajuste diferenciado para integrantes da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), carreiras que têm salários menores que a PF (Polícia Federal).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49928>

# Saúde gastou até abril 26% do limite mínimo

**Estevão Tair De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

# Municípios protestam contra PEC 110

As prefeituras e os setores de serviços e agricultura se manifestaram, ontem, contra a tramitação da **reforma tributária** embutida na Proposta de Emenda à Constituição 110, cuja votação pode ocorrer hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Defensor de uma discussão criteriosa sobre a **reforma tributária**, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), procurou serenar os ânimos mais uma vez. Após reunião com os secretários estaduais de Fazenda, o senador reforçou, ontem, que a PEC 110 é um desejo dos Estados.

"Após a CCJ, a PEC 110 virá para presidência e será pautada sem açodamento, com todo o tempo para a apresentação de emendas pelos senadores. Lembrando que a CCJ não esgota apreciação da PEC 110. Ainda haverá a apreciação pelo plenário do Senado em dois turnos e pela Câmara", completou Pacheco.

Apesar do esforço do presidente do Congresso, é grande a controvérsia sobre a PEC. O texto cria um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Dual para unificar **impostos** federais em uma única contribuição e estabelece um imposto único para Estados e municípios. Segundo documento divulgado pelas prefeituras, a proposta "fere a autonomia dos municípios", "trará prejuízos à população que não estão sendo devidamente considerados" e "retira dos municípios cerca de R\$ 354 bilhões em 15 anos".

## Debate inadequado

O texto é assinado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne as capitais e as cidades com mais de 80 mil habitantes, o que representa 61% da população e 74% do **PIB** do país; pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF); e pelo Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças.

A reforma contida na PEC 110 unifica a cobrança de **tributos** em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), criando um IVA Dual. Este é dividido em dois **tributos**: um federal, unindo PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); e outro subnacional, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unificaria o ICMS, cobrado atualmente pelos estados, e o ISS, receita própria dos municípios. A PEC prevê, ainda, a criação do Imposto Seletivo (IS), em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

## Outros setores

As prefeituras não estão sozinhas nas críticas à PEC 110. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) - que representam as empresas dos setores de serviços e agricultura - também se manifestaram contra a proposta.

Os líderes desses setores avaliam que a discussão da PEC não seria oportuna neste momento, às vésperas da eleição. Segundo eles, alimentos e até medicamentos devem sofrer aumento de carga se a proposta for levada adiante.

O relatório da PEC 110 foi lido na sessão de 23 de fevereiro da CCJ pelo senador Roberto Rocha. Desde então, enfrenta forte resistência. Na sessão de 16 de março, houve intensos debates entre os senadores. Diante da iminente derrota, a votação foi adiada, e as discussões, encerradas.

# Governadores vão ao Senado - CAPITAL S/A



**CAPITAL S/A**

Na próxima segunda-feira, será a vez dos governadores baixarem em peso no Senado para falar com Rodrigo Pacheco sobre o ICMS dos combustíveis. Ibaneis Rocha é um dos confirmados.

DF representado na reunião com Pacheco

O secretário de Economia do DF, Itamar Feitosa, participou de reunião ontem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para tratar do projeto que limita em 17% a alíquota do ICMS sobre combustíveis e energia. A proposta, que contraria os governadores por causar perda de arrecadação, foi aprovada por grande maioria na Câmara dos Deputados na semana passada. E, agora, está na pauta do Senado.

Missão

Os governadores tentam, por meio do Comitê de Secretários de Fazenda, modificar o texto. O Conesfaz foi até Pacheco ontem com essa missão. O prejuízo aos estados chegaria a mais de R\$ 80 bilhões. O secretário executivo de Economia do DF, Marcelo Alvim, também esteve presente.

Empurrando com a barriga

Pacheco (E), ontem, também voltou a falar na PEC

110. "Está na pauta da próxima quarta-feira na CCJ", insistiu. Mas, há meses, está empacada lá. Apesar de o presidente do Senado defender a **reforma tributária**, ninguém mais acredita que saia este ano, já que o Congresso entra em "recesso eleitoral" a partir de julho.

atuará na área.

Codese apresentará a Ibaneis diagnóstico de desenvolvimento do DF

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do DF (Codese), entidade da sociedade civil formada por empresários, acadêmicos, arquitetos e representantes de diversos setores da capital federal, vai se reunir amanhã com o governador Ibaneis Rocha. Será entregue um relatório contendo o diagnóstico completo da evolução do desenvolvimento do Distrito Federal nas últimas décadas. Nele, constam planos estratégicos executados pelas cidades de Canberra (Austrália), Ottawa (Canadá) e Washington (Estados Unidos) - três capitais planejadas que se tornaram centros econômicos. O encontro será na sede do Sinduscon.

Carta de navegação

Criado para ser a "carta de navegação" para os próximos governos no Distrito Federal, outro documento está sendo elaborado pelo Codese: O DF que a gente quer - visão 2022-2040. Este será apresentado em agosto aos candidatos ao Palácio do Buriti com o objetivo de que firmem compromisso e executá-lo. "Esse é um plano de Estado proposto pela sociedade civil organizada", destaca Leonardo Ávila, presidente do Codese/DF.

Programa trainees

As Organizações PaulOOctavio ampliaram o programa de trainees. A seleção terminou este mês, e 12 dos 1.328 inscritos foram contratados. O número de vagas aumentou de 7 para 12. O CEO do grupo, Felipe Octávio Kubitschek, destacou a motivação do programa. "Nós queremos absorver sempre as melhores pessoas e ensiná-las o máximo possível. Na turma anterior, tivemos o aproveitamento de todos os trainees, que, hoje, fazem parte de nosso quadro".

Encontro de gerações

A nova turma é composta por um profissional de gastronomia, dois de tecnologia da informação, dois de arquitetura e sete de engenharia. Um deles é Aldair Pereira da Silva, que conhece o grupo há muitos anos. Afinal, seu pai, Hamilton, é encarregado desde 2002, tendo sido beneficiado pela distribuição de material escolar aos filhos de funcionários, tradição da empresa. Aldair é formado em engenharia civil e

# Tributação de dividendos é má ideia (Artigo)

*Everardo Maciel, Jorge Rachid e Marcos Cintra  
Consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal  
(1995-2002, governo FHC) Consultor tributário e ex-  
secretário da Receita Federal (2003-2008, governo Lula;  
e 2015-2018, governos Dilma e Temer) Professor titular  
de economia da FGV-SP e ex-secretário da Receita  
Federal (2019, governo Bolsonaro)*

Os signatários deste artigo, na condição de ex-secretários da **Receita Federal** e por imposição de consciência e compromisso com o país no momento em que é retomado o debate sobre a tributação de dividendos no Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), se sentem na obrigação de compartilhar, em conjunto, suas reflexões e experiências sobre a matéria como forma de subsidiar as discussões.

A tributação da renda das pessoas jurídicas deve ser vista de forma integrada, desde a tributação do lucro até sua distribuição. Afinal, o investidor, ao aplicar em uma empresa, almeja o retorno do investimento que se concretiza pela distribuição de resultados. À guisa de analogia, a tributação dos lucros guarda semelhança com a retenção na fonte no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), cuja carga tributária final requer soma e o devido na declaração de ajuste.

Essa integração encerra três possibilidades: tributação exclusivamente nos lucros ou na distribuição dos dividendos ou, ainda, simultaneamente, nos lucros e dividendos. A opção por um desses modelos deve apoiar-se em critérios estritamente técnicos, como simplicidade, mitigação de litígios, prevenção da evasão e do planejamento tributário abusivo, estímulo aos investimentos, neutralidade e eficiência arrecadatória.

Por mais de 70 anos, o Brasil adotou o modelo de tributação dos lucros e dividendos, sob distintas formas. Os resultados não foram bons: insegurança jurídica decorrente de uma profusão de litígios e baixa eficiência arrecadatória.

Os litígios se associavam principalmente à distribuição disfarçada de lucros (DDL), que se inscreve na zona cinzenta da interpretação temerariamente subjetiva. Seu enfrentamento demandava grande esforço de fiscalização e, em consequência, a constituição de litígios de intrincada resolução.

Desde 1996, o Brasil optou por tributar apenas os lucros, com base em ampla **reforma tributária**. Alguns

resultados: desapareceram a DDL e os litígios, o que otimizou os trabalhos de fiscalização e robusteceu a segurança jurídica dos contribuintes. Tomando por base o ano de 1995, a arrecadação do IRPJ, ainda que não apenas em razão daquela opção, cresceu, em termos reais, em todos os anos subsequentes -muitas vezes com percentuais superiores a 100%, ao passo que a participação desse imposto no **PIB** aumentou em praticamente todos os anos, chegando a exibir impressionante crescimento de 95%. Esse modelo, de mais a mais, foi bem recebido pelos contribuintes, pelo que representou de segurança jurídica e simplicidade. Não há um registro sequer de queixa de contribuintes quanto a esse aspecto específico do IRPJ. Ao contrário, há muitos elogios.

Argumenta-se que tributar os dividendos estimularia o reinvestimento nas empresas. A não incidência na distribuição de dividendos, entretanto, não impede que eles sejam reinvestidos. Afora isso, eles podem ser investidos em outras empresas, aplicados no mercado financeiro ou mesmo destinados a consumo. Tudo isso na estrita observância do princípio constitucional da liberdade econômica. De resto, reinvestimento na opção menos rentável, motivado por razões estritamente tributárias, constitui uma distorção alocativa.

Uma previsão legal de tributação na distribuição de dividendos provocaria uma corrida na distribuição de dividendos represados, ainda que para tal se recorresse ao endividamento. Os que não puderem esgotar a distribuição desses dividendos inevitavelmente irão demandar na Justiça, com elevada chance de sucesso. Em consequência, haveria uma indesejada descapitalização das empresas, um desnecessário aumento do contencioso, inclusive pelo ressurgimento da DDL, e, em delicado contexto fiscal, uma expressiva perda de arrecadação caso seja acompanhado por redução na alíquota nominal do IRPJ, para todos os entes federativos, em desfavor especialmente dos governos a serem eleitos neste ano.

Tributar dividendos é uma iniciativa tão ruim para o fisco quanto para o contribuinte. Enfim, a quem interessa essa má ideia?

[...] Argumenta-se que tributar os dividendos estimularia o reinvestimento nas empresas. A não incidência na distribuição de dividendos, entretanto, não impede que eles sejam reinvestidos. Afora isso, eles podem ser investidos em outras empresas,

aplicados no mercado financeiro ou mesmo destinados a consumo

Everardo Maciel, Jorge Rachid e Marcos Cintra Consultor tributário e ex-secretário da **Receita Federal** (1995-2002, governo FHC) Consultor tributário e ex-secretário da **Receita Federal** (2003-2008, governo Lula; e 2015-2018, governos Dilma e **Temer**) Professor titular de economia da FGV-SP e ex-secretário da **Receita Federal** (2019, governo Bolsonaro)

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**28**

# Prefeitos e empresários agem contra proposta que unifica impostos

As prefeituras e os setores de serviços e agricultura se manifestaram contra a tramitação da **reforma tributária** embutida na Proposta de Emenda à Constituição 110, cuja votação pode ocorrer amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O texto cria um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Dual para unificar **impostos** federais em uma única contribuição e estabelece um imposto único para Estados e municípios. Segundo documento divulgado pelas prefeituras, a proposta "fere a autonomia dos municípios", "trará prejuízos à população que não estão sendo devidamente considerados" e "retira dos municípios cerca de R\$ 354 bilhões em 15 anos".

O texto é assinado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne as capitais e as cidades com mais de 80 mil habitantes, o que representa 61% da população e 74% do **PIB** do País; pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF); e pelo Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças.

A reforma contida na PEC 110 unifica a cobrança de **tributos** em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), criando um IVA Dual, dividido em dois **tributos**: um federal, unindo PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro subnacional, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unificaria o ICMS, cobrado atualmente pelos Estados, e o ISS, receita própria dos municípios. Cria ainda o Imposto Seletivo (IS) em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

**OUTROS SETORES.** A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) - que representam as empresas dos setores de serviços e agricultura - também se manifestaram contra a proposta.

Os líderes desses setores avaliam que a discussão da PEC não seria oportuna neste momento, às vésperas da eleição.

Segundo eles, alimentos e até medicamentos devem sofrer aumento de carga se a proposta for levada adiante.

O relatório da PEC 110 foi lido na sessão de 23 de fevereiro da CCJ pelo senador Roberto Rocha e, desde então, enfrenta forte resistência para avançar. Na sessão do dia 16 de março, ocorreram intensos debates entre os senadores e, diante da iminente derrota, a votação foi adiada e as discussões encerradas.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Teto de ICMS irá direto ao plenário do Senado, diz Pacheco

**NATÁLIA PORTINARI**  
*natalia.portinari@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Embate sobre ICMS evidencia improvisação eleitoreira (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

# Reforma tributária precisa ser justa, transparente e simples (Artigo)

**MARCELO DE SOUZA E SILVA**

Não é segredo para ninguém o quanto o Brasil é um país complexo quando se trata de legislação tributária e administrativa.

Possuímos normas e tributos em excesso, ocupamos a 30ª posição no ranking de países onde os impostos promovem mais bem estar à população, e, claro, precisamos trabalhar cinco meses no ano apenas para quitar as obrigações fiscais com o Município, o Estado e a União. Por isso, as reformas tributária e administrativa são tão faladas e esperadas.

Afinal, um sistema mais simples, justo e sem burocracia será favorável para todos: empreendedores e cidadãos.

No Brasil, o consumo está submetido a cinco impostos (PIS, IPI, ICMS, ISS e Cofins). Em muitos países, existe apenas um. E mais: esses tributos são regulados por estados, municípios e União e possuem legislação diferente em cada lugar. Por exemplo: no Maranhão o leite pode ser submetido a até 12 alíquotas, de acordo com sua composição. No Rio Grande do Sul, o ICMS foi modificado mais de 500 vezes nos últimos quatro anos. Essa complexidade desestimula a inovação, o empreendedorismo e o crescimento econômico. Por isso, promover uma reforma simples, justa e transparente é o melhor caminho para o desenvolvimento.

A transparência deve ser um dos pilares da reforma, já que, com clareza nas informações, o consumidor saberá o destino exato do valor pago e também saberá quanto está pagando por um produto e/ou serviço e o quanto desse montante refere-se aos impostos. A simplificação da rede tributária está relacionada a ações como: unificação dos impostos Cofins e PIS; submeter o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apenas às indústrias e aos estabelecimentos de caráter industrial; por fim, os impostos de renda para pessoas jurídicas e físicas.

O ideal é que a tributação geral sobre as empresas seja reduzida e implantada a cobrança por dividendos. Assim, a "pejotização" será desestimulada, os funcionários terão seus direitos celetistas assegurados e as empresas diminuirão os gastos para manter um funcionário.

Além desses fatores, a reforma tributária também precisa ser pautada na igualdade, uma vez que, no modelo praticado atualmente, o sistema considera o que é consumido, não quem consome. Logo, as classes sociais mais pobres, de forma proporcional, pagam mais tributos que as classes mais abastadas. Considerando que a grande massa populacional está dividida entre baixa e média renda, o consumo no País é constantemente afetado pela tributação e as desigualdades sociais aumentam.

Para chamar a atenção da população quanto ao impacto negativo dos tributos no poder de compra, promovemos, junto com a CDL Jovem, o Dia Livre de Impostos, o DLI. A ação, que neste ano será realizada no dia 2 de junho, busca mostrar ao consumidor tudo o que está por trás do preço de um produto, explicar que aquele valor não é definido pelos lojistas e o quanto ele poderia adquirir mais itens em uma compra não fossem os impostos e taxas. E mais: não bastasse a corrosão do poder de compra, os encargos não são retornados para a população em serviços públicos de qualidade. No ranking mundial de países com melhor aplicação dos impostos, ocupamos a 30ª posição. E, não bastasse isso, trabalhamos 149 dias apenas para quitar as obrigações fiscais. Ou seja, mais fatores que tornam ainda mais clara e urgente a reforma.

No quesito empreendedorismo e profissionalização das empresas, um novo regime tributário será capaz de promover desenvolvimento. Afinal, nos moldes atuais, os empresários e empreendedores demandam muitas horas e recursos financeiros em atividades que não geram valor, tampouco lucro.

A recente aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 18 pela Câmara dos Deputados, na última quarta-feira (25), reacendeu a esperança da chegada da tão sonhada reforma tributária. Atualmente, os serviços e itens contemplados pelo projeto, como energia elétrica, combustíveis, transporte público, gás natural e telecomunicações são, inacreditavelmente, considerados supérfluos.

Por isso, as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nesses bens e serviços são ultrajantes e ultrapassam 30% em alguns estados. Em Minas Gerais, a energia elétrica possui

alíquota na casa dos 30%, o que consome grande parte da renda das famílias. Agora, nossa expectativa é que o Senado, assim como a Câmara, também aprove o projeto e promova uma desoneração desses bens e serviços tão essenciais ao coletivo.

A **reforma tributária** possui muitas nuances e peculiaridades. Mas, sobretudo, existem as necessidades de empreendedores e consumidores, que, cada vez mais, se veem reféns de um sistema injusto, complexo e desestimulante. É preciso que todos se unam em prol de um regime simplificado, justo e claro. Este é o caminho mais seguro para acelerar um crescimento econômico sustentável.

Nossa economia não suporta mais viver de "voos de galinha".

\* Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH)

# Cofres públicos perderam R\$ 210 bi em 22 anos com renegociação de dívidas de empresas e pessoas físicas

**Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e g1**

Em 22 anos, os cofres públicos deixaram de arrecadar R\$ 210 bilhões em renegociação de dívidas de empresas e pessoas físicas - mais que o dobro do orçamento anual do Auxílio Brasil. Entre 2000 e 2022, foram lançados 40 programas de refinanciamento, aponta o Sindifisco Nacional, entidade que reúne os auditores da **Receita Federal**.

As grandes empresas, segundo o levantamento, têm sido as principais beneficiadas. Companhias com faturamento anual superior a R\$ 150 milhões representam quase 70% de todos os contribuintes que fizeram uso três ou mais vezes dos parcelamentos especiais.

Ao propor um programa, governo ou Congresso Nacional se valem do discurso de que a renegociação vai trazer um duplo benefício. De um lado, o poder público pode ver uma melhora na arrecadação ao negociar com devedores. De outro, as empresas afetadas por um período de crise econômica, por exemplo, podem encontrar um caminho para se tornarem adimplentes.

Próximo governo terá de equilibrar mais despesas obrigatórias com menos receitas de impostos. Mais de 100 mil empresas aderiram ao Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp)

Mas o que os analistas dizem é que esses objetivos, na maioria das vezes, acabam não sendo alcançados. Isso porque os programas, segundo eles, não proporcionam uma expressiva melhora nas contas públicas e acabam gerando um baixo incentivo para que empresas e pessoas físicas se mantenham adimplentes.

Segundo o Sindifisco, nos processos de renegociação a União abre mão, em média, de 60% da dívida das empresas, mas acaba recebendo apenas 10% da fatia do valor que foi parcelado.

Do montante parcelado, somente 10% é recolhido. Os

outros 90% não são pagos. Então, esses parcelamentos não representam um incremento de arrecadação. Pelo contrário. São perdas muito grandes, diz Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional.

## Raízes do problema

A leitura dos especialistas é a que a complexidade do sistema tributário brasileiro induz as empresas a criarem grandes passivos. Ou seja, elas acabam postergando o pagamento de **impostos** diante das incertezas provocadas pelas normas em vigor, que mudam constantemente.

O sistema (tributário) é muito complexo, além de inseguro. A jurisprudência vai variando. Em certos momentos, a conduta (das empresas) é considerada legal e, depois, passa a ser ilegal, afirma Marcos Neder, professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Isso vai gerando uma incerteza, e as empresas preferem recorrer (do pagamento) e criar esses grandes passivos.

Na prática, diz Neder, a abertura frequente de programas de renegociação de dívidas mina a credibilidade do já confuso sistema tributário.

Com essas constantes alterações, parcelamentos, reduções e perdão de dívidas, os contribuintes preferem não pagar e esperar que haja um perdão de dívida parcial futuramente, diz.

## O que pode ser feito?

Para os analistas, o Brasil pode deixar de lado esse elevado número de programas de renegociação de dívidas se aprimorar o sistema tributário e criar incentivos para as empresas que pagam os seus **tributos** em dia. O ideal seria ter um sistema mais racional. Isso está sendo tentado, diz Neder. O Congresso tem propostas que unificam **tributos** e simplificam a carga.

No Senado Federal, por exemplo, um projeto amplo de **reforma tributária** está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Apresentada em 2019, a

proposta de emenda à Constituição (PEC) propôs uma série de mudanças com o objetivo de simplificar a tributação sobre o consumo.

A base do texto prevê a criação de um imposto (IVA) dual, que unificaria **tributos** federais, estaduais e municipais em apenas duas cobranças. São elas: o IBS (**Impostos** sobre bens e serviços), que substituiria ICMS e ISS, e a CBS (Contribuição sobre bens e serviços), que entraria no lugar do PIS e da Cofins.

O governo Jair Bolsonaro também chegou a enviar ao Congresso um projeto fatiado de **reforma tributária**, mas não teve sucesso.

Em um primeiro momento, a equipe econômica propôs a unificação do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) - **tributos** que incidem sobre o faturamento das empresas - para criar a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). O tributo incidiria sobre consumo e teria uma alíquota de 12% para as empresas e de 5,8% para as instituições financeiras.

O governo também tentou mexer na cobrança do Imposto de Renda (IR). De forma geral, o texto alterava a tabela do IR para pessoas físicas, mudava a tributação das empresas e previa a volta da taxa de lucros e dividendos. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas sofre resistências de diversos setores e segue parado no Senado Federal.

O Brasil, segundo os analistas, também precisaria criar medidas de estímulo para favorecer as empresas que pagam os seus **impostos** em dia, como, por exemplo, proibir **negócios** de companhias inadimplentes com o poder público e restringir o acesso delas ao mercado financeiro.

Há uma série de possíveis atos que são praticados no mundo inteiro para que as empresas se mantenham adimplentes. Com essa profusão de programas de refinanciamento, o Brasil vive processo contrário, diz Isac, do Sindifisco.

**Site: [https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-  
orcamento/noticia/2022/05/31/cofres-publicos-perderam-  
r-210-bi-em-22-anos-com-renegociacao-de-dividas-de-  
empresas-e-pessoas-fisicas.ghtml](https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/05/31/cofres-publicos-perderam-r-210-bi-em-22-anos-com-renegociacao-de-dividas-de-empresas-e-pessoas-fisicas.ghtml)**

# As escolhas erradas do país (Editorial)

## *Correio Braziliense*

O governo decidiu cortar R\$ 14 bilhões do Orçamento da União deste ano para garantir reajuste de 5% nos contracheques de todos os servidores federais. Vai sacrificar ainda mais as áreas de saúde, educação e ciência e tecnologia, que, sistematicamente, têm enfrentado contingenciamento de verbas. Por mais que o funcionalismo seja merecedor de uma correção salarial, não é justificável passar a tesoura em recursos de setores prioritários para a população e essenciais para o desenvolvimento do país. Mais uma vez, o Brasil faz as escolhas erradas.

Melhor seria se o governo tivesse optado por cortar verbas do Orçamento secreto, que não tem a menor transparência e vem sendo usado como moeda política. A previsão é de que esse instrumento de cooptação movimente, somente neste ano, R\$ 16 bilhões. Além disso, deputados e senadores têm as emendas tradicionais, que também movimentam bilhões, e o Fundo Eleitoral, de quase R\$ 5 bilhões. Com certeza, a maior parte desses recursos poderia ser limada da planilha de gastos do Tesouro Nacional. Mas o Palácio do Planalto não quer comprar briga com parlamentares em ano de eleições.

Ou seja, a fatura cairá, mais uma vez, sobre a população mais pobre, sempre a grande prejudicada. A saúde deverá perder mais R\$ 2,5 bilhões. A educação poderá ficar sem R\$ 3,2 bilhões, o que levará ao colapso universidades e institutos federais. Não haverá dinheiro nem para despesas básicas, alertam reitores e especialistas. A previsão é de que ciência e tecnologia deixarão de receber R\$ 2,9 bilhões. Pelos cálculos da Academia Brasileira de Ciências (ABC), 30 programas científicos serão paralisados, como projetos voltados ao enfrentamento da covid-19, ao combate a doenças negligenciadas e à colaboração a missões espaciais.

O resultado da falta de critério por parte do governo será mais filas em hospitais e postos de saúde, universidades paradas e menos pesquisas, ainda que a busca pelo conhecimento seja fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. Na avaliação do Palácio do Planalto, no entanto, isso não é nada. O que realmente importa neste momento é manter a base governista unida, destinando verbas para compras superfaturadas de tratores, para programas de robótica em escolas que nem existem e para atender pedidos de pastores que oferecem barras de ouro em propina.

De nada adianta o governo dizer que os cortes no Orçamento são necessários, pois os servidores estão sem aumentos salariais há anos. Parcela significativa dos trabalhadores da iniciativa privada também está, e muitos perderam os empregos ? são mais de 11 milhões de desempregados ?, enquanto o funcionalismo mantém a estabilidade. A tendência é de que, com o reajuste aos funcionários federais, a desigualdade no mercado de trabalho fique ainda maior, num quadro gravíssimo de inflação. Não é esse, com certeza, o caminho para uma distribuição mais justa dos impostos pagos pelos contribuintes.

Os brasileiros indignados com o descaso no manejo do Orçamento da União terão uma grande oportunidade de tentar mudar tal realidade nas eleições de outubro próximo. Que, na hora de cravar os votos nas urnas, os eleitores optem por legisladores comprometidos com questões que realmente favoreçam os mais necessitados e não por aqueles que desejam manter os privilégios a poucos. O Orçamento precisa deixar de ser uma obra de ficção para representar o desejo da maioria de um Brasil menos desigual, em que saúde, educação e ciência e tecnologia sejam prioridades, não penduricalhos quando se está falando de verbas públicas.

# BC vê projeção do mercado para o PIB no ano chegar próximo de 2%

**ADRIANA FERNANDES**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sinalizou em reunião no Palácio do Planalto que os analistas do mercado financeiro caminham para rever suas previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano para um patamar em torno de 2%. O "termômetro" do **PIB** repassado ao presidente Jair Bolsonaro foi captado pelo BC em reuniões que o comando do banco tem com representantes do mercado financeiro.

A conversa ocorreu, na semana passada, nos bastidores da cerimônia em que Bolsonaro anunciou novas medidas do programa Crédito Brasil Empreendedor, segundo apurou o Estadão com fontes que participaram da reunião.

A projeção do Ministério da Economia utilizada no Orçamento é de alta de 1,5% do **PIB** neste ano. Já a projeção do BC permanece em 1%, mas deve subir no próximo relatório de **inflação** (documento que o BC divulga a cada três meses com o balanço de riscos para a **inflação** e previsões de indicadores econômicos).

Os auxiliares do presidente estão preocupados com o impacto da **inflação** e dos juros mais altos no crescimento no segundo semestre deste ano, na reta final das eleições. Como admitem ministros políticos do presidente, a economia e os preços elevados, sobretudo dos combustíveis, ameaçam a reeleição.

Na defesa de um cenário mais favorável, a área econômica tem reforçado os efeitos dos investimentos privados em concessões de infraestrutura já contratados e também do aumento do emprego. Na visão da área econômica, essa melhora do **PIB** reforçaria a avaliação de que os governadores também vão sentir o efeito do crescimento maior na arrecadação e que podem lidar com a redução de **tributos** sobre os combustíveis.

Depois de estimar até mesmo recessão em 2022, o mercado começou a rever para cima as previsões para o **PIB**. Algumas instituições estão com previsões acima da estimativa de 1,5%. Entre elas, a XP, que dobrou sua projeção de 0,8% para 1,6%. A LCA Consultores também subiu sua estimativa, de 0,7% para 1,6%.

Apesar dessa melhora nas projeções, economistas do mercado apontam incertezas para o segundo semestre do ano, com o efeito da política monetária mais restritiva, que o governo tentou combater com medidas de estímulo ao crédito, entre outras.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mensalidade não é solução para universidade pública (Artigo)

***Luiz Augusto Campos é professor de sociologia e ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa***

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# 'Fazer o bem' da elite global soa falso (Artigo)

*Rana Foroohar é colunista e editora do Financial Times em Nova York (Tradução de Rachel Warszawski)*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

# Auxílio Brasil bate recorde de famílias, mas fila aumenta em ritmo acelerado



Fila para pagamento do Auxílio Brasil, na estreia no programa Rivaldo Gomes - 17.nov.21/Folhapress

## Thiago Resende Brasília

Lançado às vésperas do ano de eleições, o programa Auxílio Brasil deu ao governo de Jair Bolsonaro (PL) a marca recorde de 18 milhões de famílias beneficiadas, mas, ainda assim, a fila de espera aumenta em ritmo acelerado desde março.

Atualmente, cerca de metade dos municípios do país apresenta registro de famílias que, apesar de estarem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, não estão dentro da lista de transferência de renda por falta de dinheiro no programa.

Segundo dados do Ministério da Cidadania obtidos pela Folha, o governo reconhece que há fila de espera em 2.525 cidades -o país tem aproximadamente 5.500 municípios. São mais de 764 mil famílias que já tiveram o cadastro aprovado pela pasta, mas que precisam aguardar eventual aumento no orçamento do Auxílio Brasil ou a saída de algum beneficiário para então receber o pagamento. O valor, em média, supera R\$ 400 por mês.

Isso significa que a demanda por assistência social - num período de desemprego e **inflação**- tem sido maior que a capacidade do programa. Procurado, o Ministério da Cidadania não se manifestou sobre o assunto.

De olho na campanha à reeleição, Bolsonaro mudou

de postura em relação ao programa social ao longo do governo.

Em 2019, o governo travou a entrada de famílias por falta de dinheiro. O programa Bolsa Família sofreu a maior queda da história, recuando de 14 milhões para 13 milhões de famílias. A fila de espera superou 1,5 milhão de cadastros.

Apenas diante da pandemia do coronavírus é que Bolsonaro mandou liberar verba para os mais pobres. E, em poucas semanas, criou o Auxílio Emergencial - apesar do caráter temporário, a transferência de renda elevou a popularidade do presidente.

Foi então que o Planalto passou a se empenhar por um substituto do Bolsa Família, dando a Bolsonaro uma marca na área social às vésperas do ano de eleição. O primeiro pagamento no valor de R\$ 400 foi em dezembro.

Pesquisa Datafolha divulgada na quinta (26) mostrou que a substituição do programa social ainda não trouxe dividendos eleitorais a Bolsonaro. Entre os que informaram receber o benefício do Auxílio Brasil, o presidente atinge 20% das intenções de voto, enquanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alcança 59% desse público.

Apesar da troca no nome e de algumas mudanças em critérios do programa, o Auxílio Brasil segue as mesmas bases do Bolsa Família.

Técnicos do governo afirmam que houve avanço nessa mudança de categorias de benefícios que compõem o valor final, que passa a ser mais ligado à composição familiar.

No entanto, a principal diferença entre o Auxílio Brasil e o Bolsa Família foi a intenção do governo de ampliar a verba para o programa. Isso representou um forte aumento na cobertura, que saltou de 13 milhões de famílias no início da pandemia para 18,1 milhões em 2022.

Além disso, o valor médio do benefício subiu de aproximadamente R\$227 -valor corrigido pela **inflação**- para R\$ 409,51.

Apesar do patamar recorde da renda transferida,

especialistas afirmam que o modelo adotado no Auxílio Brasil poderia ser mais eficiente. No programa de Bolsonaro, o valor mínimo é de R\$ 400, o que independe do tamanho da família.

"O Bolsa Família surgiu como um programa mais voltado para as crianças, inclusive com requisitos para monitorar o desempenho escolar. Isso foi mudando ao longo do tempo, mas agora [no Auxílio Brasil] o benefício não é diferenciado pelo tamanho da família", afirma o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Hoje, para entrar no Auxílio Brasil, o Cadastro Único (que reúne o público de programas sociais) considera em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R\$ 105 por membro da família. Rendimentos entre R\$ 105,01 e R\$ 210 são classificados como situação de pobreza - e também se encaixam no critério para receber a transferência de renda.

Em estudo recente, a CNM (Confederação Nacional de Municípios) informou que há 1,3 milhão de famílias aguardando pelo Auxílio Brasil. Esse dado é diferente do número oficial do Ministério da Cidadania porque a CNM considera os pedidos de quem está no Cadastro Único e se encaixa nos critérios do programa.

No caso da fila de espera oficial do governo, os cadastros das famílias já foram verificados e, portanto, efetivamente estão aprovados para entrar no programa -quando houver espaço para que possam receber a transferência de renda. Essa checagem da documentação ainda não foi feita na fase apresentada pela CNM.

Pelos dados do governo, a fila ficou zerada apenas em janeiro e fevereiro. Já em março, 100 mil famílias tiveram o cadastro aprovado, mas não conseguiram entrar no programa. Esse número subiu para 400 mil famílias em abril e, em maio, saltou para 764 mil famílias.

Para Carlos Alberto Ramos, professor do departamento de Economia da UnB (Universidade de Brasília), o ideal seria que a fila fosse zerada, mas, por dificuldades orçamentárias e alta da demanda por assistência, afastam esse cenário.

"O interessante seria que todo público abaixo da linha da pobreza fosse contemplado. Fora detalhes técnicos, os dois programas [Bolsa Família e Auxílio Brasil] são programas de transferência de renda focalizados nos mais carentes. O melhor seria ver esses programas como uma política de Estado, mas há muito apelo eleitoral", afirma Ramos.

O Auxílio Brasil alterou a forma de calcular o benefício

de cada família -em relação ao programa com digital petista, que tinha quatro (benefício básico; benefícios variáveis; benefício variável vinculado ao adolescente e benefício para superação da extrema pobreza).

Aversão de Bolsonaro tem, ao todo, nove tipos de benefício. São eles: benefício primeira infância; benefício composição familiar; benefício de superação da extrema pobreza; auxílio esporte escolar; bolsa de iniciação científica júnior; auxílio criança cidadã; auxílio inclusão produtiva rural; auxílio inclusão produtiva urbana; benefício compensatório de transição.

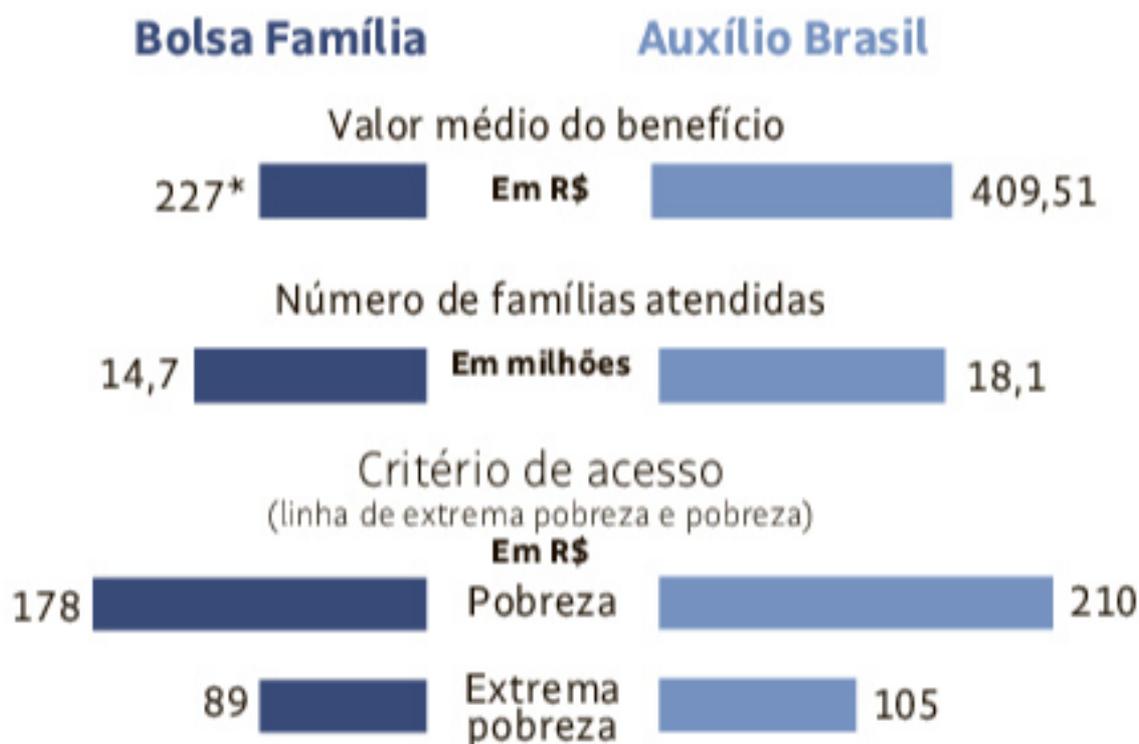
Mas, ao final da conta, o valor não varia muito em relação ao patamar mínimo de R\$ 400 estabelecido pelo governo.

"Ficou uma árvore de Natal com nove tipos de benefícios. Num país grande, desigual e complexo como o Brasil é difícil colocar em prática uma bolsa-atleta. E uma parte do programa não consegue ser operativa por causa da regra [do piso] de R\$ 400", diz Neri.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49928>

## Principais diferenças entre o Bolsa Família e o Auxílio Brasil



### Como a fila de espera se forma

As famílias estão na lista Cadastro Único (que reúne potencial público de programas sociais) e já tiveram a documentação avalizada pelo Ministério da Cidadania

Ou seja, o governo já reconheceu que elas preenchem os critérios para estar no programa social

Mas, por falta de dinheiro, essas famílias precisam aguardar na fila para então receber a transferência de renda

\*Valor corrigido pela inflação

# Lira fala em "apertar o governo" por subsídio e defende projeto do PT

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas- AL), disse ontem que vai "apertar o governo" para que seja concedido um subsídio como forma de reduzir os impactos dos preços dos combustíveis. Ele também falou em "medidas duras" contra a Petrobras e chegou a defender projeto do PT que muda a política de preços da estatal.

"Vamos apertar o governo para que ele faça, ou não, o subsídio.

É importante, todo mundo está fazendo, todas as petrolíferas públicas ou privadas estão fazendo.

Os governos dos países mais avançados dão subsídios para a alta dos combustíveis", afirmou ele, em entrevista exibida na Record News.

Lira disse ainda que o Congresso tem tentado sensibilizar o ministro da Economia, Paulo Guedes, para que a medida seja adotada.

Como mostrou o Estadão, em novas negociações com o Congresso o Ministério da Economia se posicionou favorável à concessão de um vale-caminhoneiro ao custo de R\$ 1,5 bilhão ainda neste ano, às vésperas da eleição. Também está em discussão a concessão de um auxílio para motoristas de táxis e de aplicativos.

A avaliação na equipe econômica é de que a concessão desse subsídio para os caminhoneiros arcarem com o custo dos aumentos do diesel anunciados pela Petrobras é "válida".

Na semana passada, Lira defendeu a criação de auxílio para que caminhoneiros arquem com os reajustes do óleo diesel.

O Congresso tem feito uma espécie de "levante" contra aumentos de preços e tem o apoio do governo, em um contexto em que o efeito da alta da **inflação** nas chances de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) preocupa o seu comitê de campanha.

Lira disse que conversou com Guedes e que as medidas para o controle da alta de preços precisam ser mais "incisivas".

A equipe de Guedes se mostrou favorável a um subsídio na negociação do projeto que estabeleceu

teto do ICMS para combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público.

Lira e Bolsonaro se juntaram nas críticas à Petrobras. O presidente da República afirmou que a maior empresa brasileira pode "quebrar o Brasil" com novos aumentos do diesel, assumiu que há risco de desabastecimento do combustível, o que pode obrigar o racionamento caso a situação se agrave. Ele também disse que trocou a presidência da petroleira e vai indicar uma nova diretoria para acabar com a "caixa- preta" da política de preços.

"O que estamos tentando fazer agora, via MME (Ministério de Minas e Energia), que foi trocado o ministro..., ele quer trocar o presidente da Petrobras, para colocar uma nova diretoria para que os números da Petrobras sejam expostos para a opinião pública, e não ser praticamente uma caixa- preta como é hoje em dia", disse Bolsonaro em entrevista à TV.

REVISÃO DO PPI. O presidente da Câmara ainda defendeu um projeto do PT, aprovado pelo Senado, que muda a política de reajustes da estatal. Pelo texto, os preços internos praticados por produtores e importadores de derivados de petróleo deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação - "desde que aplicáveis". Hoje, a Petrobras aplica o chamado PPI (preço de paridade de importação), atrelado ao mercado internacional.

"(O projeto) não interfere na política de preços. Dá transparência na forma como se calcula a política de preços na Petrobras, porque hoje é uma coisa fechada, a que nenhum brasileiro tem acesso, os órgãos de controle (não têm acesso)", disse Lira.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Trimestre deve ter alta de 1%, mas desaceleração é esperada

**GUILHERME BIANCHINI**

O desempenho sólido em indicadores de atividade econômica sugere um crescimento expressivo do **PIB** no primeiro trimestre, conforme economistas consultados pelo Projeções Broadcast. Entre 45 instituições, 33 esperam alta do **PIB** maior ou igual a 1% no período.

No primeiro trimestre, o volume de serviços cresceu 1,8%, e as vendas do varejo ampliado subiram 2,3%, na margem, segundo o IBGE. Já a produção industrial teve alta de 0,3%, após quatro quedas seguidas.

"Fomos surpreendidos pelo bom desempenho dos serviços neste início de ano", resume o economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano, que prevê expansão de 1,2% do **PIB** na margem no primeiro trimestre, a mediana da pesquisa.

O economista espera um **PIB** ainda positivo no segundo trimestre, com alta de 0,3%, devido ao impulso de medidas como a antecipação do 13.º salário de aposentados e pensionistas e a autorização de saques emergenciais do FGTS. Mas, no segundo semestre, com os impactos da política monetária, a tendência é de queda da atividade.

A XP Investimentos espera crescimento de 1,4% no **PIB** do primeiro trimestre, puxado por um avanço de 1,2% em serviços.

Segundo o economista Rodolfo Margato, a expansão do setor está atrelada a atividades sensíveis à reabertura econômica, com foco em transporte, armazenagem e correio, outros serviços e comércio, para os quais projeta altas de 3,3%, 2,9% e 2,4%, respectivamente.

"Tivemos uma flexibilização adicional das restrições de mobilidade, como a não obrigatoriedade da máscara em locais de lazer e a volta de grandes eventos sociais e corporativos", explica Margato, que estima um crescimento de 0,2% da indústria e uma queda de 0,5% da agropecuária. Sob a ótica da demanda, o economista destaca o consumo das famílias, cujo crescimento estima em 1,5%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## O risco de faltar diesel (Editorial)

A extraordinária volatilidade do mercado mundial de diesel provocada pela guerra na Ucrânia, que tem forçado muitos países a substituir boa parte do gás que importavam da Rússia, se expressa na explosão dos preços e nos riscos crescentes de escassez. O Brasil importa cerca de um quarto do diesel que consome.

Por precaução, por isso, a diretoria da Petrobras alertou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o "elevado risco de desabastecimento de diesel no mercado brasileiro no segundo semestre" e para as incertezas a respeito da cotação do produto.

Em abril, as importações brasileiras de diesel somaram US\$ 1,4 bilhão, o maior valor mensal desde novembro de 2012, quando a economia ainda crescia em ritmo intenso. Neste ano, as importações já somam US\$ 3,4 bilhões e é possível que a conta suba no segundo semestre, quando o consumo aumenta sazonalmente (por causa do maior uso de máquinas agrícolas para a colheita da safra). Medidas como sanções impostas por diversos países à Rússia por causa da invasão da Ucrânia poderão ter efeitos mais fortes também na segunda metade do ano, com impacto sobre o mercado do diesel. Adicionalmente, esse mercado poderá ser afetado por uma eventual retomada da economia chinesa com o relaxamento das restrições para conter o novo surto da covid.

Desse quadro complicado, no entanto, o presidente Jair Bolsonaro só consegue ver aspectos que podem afetar suas pretensões eleitorais. Sua reação se resume à fúria com que tenta conter os preços internos dos combustíveis, ignorando a complexidade de fatores que os determinam.

Como faz sistematicamente, atribui a terceiros a responsabilidade por qualquer problema que prejudique a campanha eleitoral a que tem se dedicado desde que assumiu o cargo. Ora são os governadores, que não reduzem por sua iniciativa a tributação estadual sobre os combustíveis, ora é a Petrobras, insensível às preocupações do Palácio do Planalto com os preços pagos pelo consumidor.

Já demitiu três presidentes da Petrobras, para mostrar seu inconformismo com a gestão da empresa, baseada em critérios adequados a seus objetivos sociais e que não admitem ingerências políticas, sobretudo no que se refere a controle de preços. Mas, nessa questão, Bolsonaro é incansável. Em uma de

suas manifestações recentes, disse que a Petrobras pode quebrar o Brasil se houver novos aumentos do diesel. É sua maneira de tentar mostrar à população que está preocupado com a **inflação**, que vem corroendo seu prestígio ante o eleitorado e se tornando um dos maiores obstáculos à sua reeleição.

Mas, para quem examine com alguma isenção o quadro do mercado mundial de derivados de petróleo, está mais do que claro que a contenção artificial do preço do diesel inviabilizaria as importações essenciais para o abastecimento interno. Em algum momento, o próprio mercado, como reação ao desabastecimento, imporá a adequação dos preços internos aos externos.

Haveria uma alta explosiva, quando a eleição presidencial estará mais próxima. Bolsonaro sabe disso?

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# 'Precisamos de um plano de safra de guerra'

FELIPE RAU/ESTADAO-4/2/2021



**JOSÉ MARIA TOMAZELA**

O Brasil pode aproveitar o cenário de escassez criado pela guerra entre Rússia e Ucrânia para conquistar novos mercados e se posicionar como o grande produtor de alimentos para o mundo. Para isso, o País precisa fazer um "plano safra de guerra" e atingir, já em 2023, uma produção de 300 milhões de toneladas de grãos - 30 milhões a mais do que este ano. É o que defende o engenheiro agrônomo e coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Agro), Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura.

Para ele, o país que mais avançou na agricultura nos últimos 30 anos tem condições de continuar crescendo no agro, para se tornar realmente o celeiro do mundo. "Em menos de dez anos, estaremos alimentando 1 bilhão de pessoas, um país que vai defender a segurança alimentar e, portanto, a paz", afirmou ao Estadão.

Acompanhe os principais trechos da entrevista.

Que lições o agro brasileiro pode tirar do cenário atual, de escassez de alimentos, **inflação** e guerra?

Com a pandemia, muitos países foram ao mercado em 2020 em busca de alimentos. Só que os estoques mundiais estavam abaixo da média e, como a demanda cresceu, os preços dobraram, principalmente de soja e milho. Houve uma **inflação** global de

alimentos que também levou vários países e produtores a aumentar a área plantada para atender a essa demanda.

Para isso, precisaram de mais insumos, fertilizantes, defensivos, sementes e máquinas.

As cadeias foram rompidas, e os preços dos insumos subiram muito. Como consequência, houve necessidade de mais crédito. No caso brasileiro, os recursos para crédito não estão tão disponíveis e, com a **inflação** alta, o juro também vai ficar mais elevado. Assim, temos oferta de crédito limitada e uma demanda maior. O Brasil tem um papel a cumprir, que é aumentar a produção para suprir a demanda global, reduzir a **inflação** do alimento no mundo e também ganhar espaço, mostrando que podemos ser um produtor de alimentos ainda maior. É o caso de o governo e a sociedade brasileira atuarem para que entrem as tradings, os fabricantes e importadores de insumos, os bancos privados, o seguro para que tenhamos um plano de safra excepcional.

Precisamos de um plano de safra de guerra.

Com custos mais elevados, falta de fertilizantes e aperto financeiro, qual a saída?

A saída é se unir às tradings, aos bancos privados, às cooperativas, às associações de classe para montar um programa que não seja dependente do governo.

Um aumento muito grande de produção não pode representar perda de valor internamente.

Não adianta o Brasil ser um grande exportador se os produtores ficarem descapitalizados.

Tem de ter um programa articulado, com preço de garantia, com seguro funcionando.

Eu acho que é perfeitamente possível produzirmos uma safra de mais de 300 milhões de toneladas de grãos, muito acima do que vamos produzir este ano, de 270 milhões de toneladas.

Depois de seguidos recordes de produção, o agro brasileiro ainda pode continuar crescendo?

Temos investimento em tecnologia para produzir mais sem aumentar a área plantada. Do plano Collor, em 1990, até hoje, a área plantada com grãos cresceu 92% e a produção cresceu 340%. Esse processo

continua com novas técnicas: integração agropecuária-floresta, uso de fertilizantes orgânicos, agricultura regenerativa. Podemos aumentar muito mais a produção de carnes também. A área de pasto vem diminuindo no Brasil e a produção de carne vem aumentando, porque a carga por hectare também aumenta com sustentabilidade. A agricultura brasileira tem uma tecnologia tropical sustentável que permite saltos ainda importantes.

Cultivamos cerca de 72 milhões de hectares com grãos em três safras por ano. Se tivéssemos a mesma produtividade por hectare que tínhamos em 1990, precisaríamos plantar mais 103 milhões de hectares para a safra deste ano.

Desde sua passagem pelo Ministério da Agricultura, de 2003 a 2006, o que mudou no agro brasileiro?

Como ministro, a primeira coisa que fiz, em 2003, foi criar o seguro rural, que é a base de uma política agrícola de renda.

Também fizemos a lei da biossegurança, viabilizando o uso de transgênicos, que era proibido no Brasil. Isso deu um salto de produtividade e de competitividade extraordinário. Hoje, mais de 90% da soja, do milho e do algodão no Brasil são transgênicos. Outro tema importante foram os novos títulos do agronegócio, fundamentais para o crédito rural. A criação de adidos agrícolas em várias embaixadas do Brasil permitiu uma abertura muito maior de comunicação sobre o agro brasileiro, gerando novos mercados. Políticas desenvolvidas naquele período permitiram crescimento tecnológico e no financiamento da produção.

Em 2000, o agronegócio brasileiro exportou 20 bilhões de dólares. Em 2021, exportou 120 bilhões de dólares. É uma coisa que nenhum outro país fez. Temos ainda que eliminar desmatamento ilegal, invasão de terras, grilagem, mineração clandestina, incêndios criminosos, acertar a questão fundiária, mas a agricultura brasileira tem uma condição notável de crescer e alimentar o mundo cada vez em mais quantidade.

Hoje, segundo a Embrapa, o agro brasileiro já alimenta 800 milhões de pessoas no mundo. Muito facilmente, em menos de dez anos, estaremos alimentando 1 bilhão de pessoas, sendo um país que vai defender a segurança alimentar e, portanto, a paz, porque não haverá paz enquanto houver fome.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bloqueio deve ter educação, ciência e saúde como alvos principais

*Fabio Murakawa e Lu Aiko Otta De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232)

# Efeito da política monetária virá adiante, reitera BC

*Larissa Garcia*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232?page=8&section=6](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232?page=8&section=6)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187232?page=8&section=6](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187232?page=8&section=6)